

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de junho do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0088/2018

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **ROYAL BRASIL, ADMIN. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.082.757/2016-1 de 03/08/2016

Revisão de Lançamento de IPTU de 2012 a 2015 - Valor: R\$ 1.645.561,36

EMENTA

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. RECURSO VOLUNTÁRIO. LANÇAMENTO COMPLEMENTAR DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFERENTE AO PERÍODO DE 2012 A 2015. RESPEITADO O PRAZO DECADENCIAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 145 E 149 DO CTN. IDENTIFICAÇÃO DE ERRO DE FATO OCORRIDO NA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS. OCORRÊNCIA DE MELHORIAS PÚBLICA JÁ EXISTENTE À ÉPOCA DO LANÇAMENTO. NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO ANULÁVEL. POSSIBILIDADE DE A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA CONVALIDAR REVENDO SEUS ATOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. Respeito ao princípio da legalidade pela administração pública na realização do lançamento complementar, observado o prazo decadencial, em função da ocorrência de erro de fato. 2. Correção de equívoco, erro na determinação base de cálculo (fórmula matemática para correção valor venal) no momento da emissão do carnê pagamento de IPTU que não ocorreu em razão de interpretação da norma, de embasamento legal, desalinhando a norma ao fato concreto, tão pouco, alteração de tipologia ou do critério jurídico aplicado para a tributação. 3. Erro de fato que torna o lançamento tributário anulável podendo ser convalidado permitindo a revisão do lançamento por parte da Administração Pública. 4. Obrigação tributária, advinda do fator de melhorias públicas e notória não se admitindo alegação de desconhecimento do dever de pagar o IPTU em conformidade com a real base de cálculo. 5. Hipóteses de revisão de lançamento previstas no art. 149 do CTN, não são taxativas, inciso I, deixa claro a possibilidade de serem acrescentados novos casos à lista, em respeito às especificidades local. 6. Código Tributário Municipal possibilita a revisão do lançamento como poder (dever) da Administração Tributária, na forma estabelecida nos artigos 49 e 50. 7. Subsistência do lançamento Complementar. Decisão de 1ª Instância ratificada. Recurso conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Marcelo Daubian Paes de Barros e 3. Marli de Paula Vilella.

O Conselheiro Dauto Barbosa Castro apresentou voto divergente e o Conselheiro Vitor de Oliveira Tavares o acompanhou.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 11 de junho de 2.018


Marli de Paula Vilella
Presidente da Turma


Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator


Thamiris de Oliveira Moraes

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de junho do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0089/2018

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: NAVANTINO REINERS BORBA EIRELI - POSTO ATENDIMENTO SÃO MATEUS

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.074.979/2017-1 de 05/07/2017

Auto de Infração – Multa nº 136 – SMS – Valor: R\$ 2.492,68

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. IRREGULARIDADE NO ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS EM LABORATÓRIO. IMPUGNAÇÃO ESPONTÂNEA. DECISÃO DE 1º GRAU QUE MANTEVE A APLICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. PROCEDIMENTO REALIZADO PELA RECORRENTE DENTRO DO PERÍODO PERMITIDO PELO ARTIGO 89, §3º DA PORTARIA 158/2016 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O auto de infração foi realizado na sede da repartição competente, com supedâneo nos artigos 32 da Lei Municipal n. 5.806/2014 e art. 13 da Lei Federal n. 6.433/1977, o que enseja o não acolhimento da preliminar argüida. Restou comprovado que o procedimento foi realizado dentro do prazo autorizado pelo artigo 89, §2º da Portaria n. 158 do Ministério da Saúde, portanto assiste razão a recorrente. Recurso conhecido e provido reformando a decisão de 1ª Instância.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 3. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 4. Elias Correia Pedrozo e 5. Luiz Mário Massad Gomes da Silva.

O conselheiro Reginaldo Conceição de Amorim se absteve de votar por não ter presenciado a leitura do voto.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 11 de junho de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Conselheiro Relator

Luiz Mário Massad Gomes da Silva
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de junho do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0090/2018

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **LUIZ ALBERTO MARIANO DE SOUZA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.009.176/2018-1 de 29/01/2018

Revisão de Lançamento de IPTU de 2013 a 2017 - Valor: R\$ 82,458,92

EMENTA

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. RECURSO VOLUNTÁRIO. LANÇAMENTO COMPLEMENTAR DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFERENTE AO PERÍODO DE 2013 A 2017. RESPEITADO O PRAZO DECADENCIAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 145 E 149 DO CTN. IDENTIFICAÇÃO DE ERRO DE FATO OCORRIDO NA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS. SISTEMA GAT. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PREEXISTENTE E CONHECIDA DO CONTRIBUINTE RECORRENTE. CTN NORMAS GERAIS. ART. 149, I. CTM RESPEITO ÀS ESPECIFICIDADES. ARTIGOS 49 E 50. REMEMBRAMENTO DA ÁREA DO IMÓVEL A REQUERIMENTO DO CONTRIBUINTE. NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO ANULÁVEL. POSSIBILIDADE DE A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA CONVALIDAR REVENDO SEUS ATOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. Respeito ao princípio da legalidade pela administração pública na realização do lançamento complementar, observado o prazo decadal, em função da ocorrência de erro de fato. 2. Correção de equívoco, erro na determinação base de no momento da emissão do carnê pagamento de IPTU, induzido pela inconsistência cadastral em função de erro no sistema eletrônico GAT, que constava área do lote 376,54 m² em detrimento da real área “*relembrada*” de 1.046,49 m², que não ocorreu em razão de interpretação da norma, de embasamento legal, desalinhando a norma ao fato concreto, tal pouco, alteração de tipologia ou do critério jurídico aplicado para a tributação. 3. Erro de fato que torna o lançamento tributário anulável podendo ser convalidado permitindo a revisão do lançamento por parte da Administração Pública. 4. Obrigação tributária, advinda do *relembramento*, previamente solicitado pelo recorrente, não se admitindo alegação de desconhecimento do dever de pagar o IPTU em conformidade com a real base de cálculo. 5. Hipóteses de revisão de lançamento previstas no art. 149 do CTN, não são taxativas, inciso I, deixa claro a possibilidade de serem acrescentados novos casos à lista, em respeito às especificidades local. 6. Código Tributário Municipal possibilita a revisão do lançamento como poder (dever) da Administração Tributária, na forma estabelecida nos artigos 49 e 50. 7. Subsistência do lançamento Complementar. Decisão de 1ª Instância ratificada. Recurso conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Dauto Barbosa Castro Passare, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira relatora **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira e 2. Marcelo Daubian Paes de Barros.

O Conselheiro Dauto Barbosa Castro apresentou voto divergente e o Conselheiro Vitor de Oliveira Tavares o acompanhou.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Ricardo Alves dos Santos Júnior.

Cuiabá, 12 de junho de 2.018

Dauto Barbosa Castro Passare
Presidente da Turma
em exercício

Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora

Ricardo Alves dos Santos Júnior
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de junho do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0091/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **LABORATÓRIO SÃO TOMÉ LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.001.034/2018-1 de 04/01/2018

Auto de Infração – Multa nº 215 – SMS – Valor: R\$ 24.704,69

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. VIGILÂNCIA SANITÁRIA. ESTABELECIMENTO SEM O DEVIDO ALVARÁ SANITÁRIO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES SANITÁRIAS. PROVIDÊNCIAS NÃO DILIGENCIADAS. DECISÃO DE 1º GRAU QUE MANTEVE A APLICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO. NÃO FORAM JUNTADOS AOS AUTOS NOVOS ELEMENTOS CAPAZES DE AFASTAR O QUE FORA ATÉ ENTÃO ANALISADO PELA INSTÂNCIA ANTERIOR. RAZÕES E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS NÃO POSSUEM O CONDÃO DE DESCARACTERIZAR AS INFRAÇÕES CONTIDAS NOS AUTOS. RISCO SANITÁRIO EMINENTE À SAÚDE COLETIVA. PENALIDADE DE MULTA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Vigilância Sanitária e seus Agentes Públicos primam pela garantia e segurança da saúde pública à população. Auto de Infração lavrado consubstanciado na ocorrência de várias infrações praticadas e descritas às fls 02/05 dos autos. Restou claro e evidente que foi dado prazo suficiente para a recorrente se adequar a legislação pertinente, o que não ocorreu. Recorrente não trouxe aos autos qualquer prova ou mesmo argumento capaz de levar a entendimento favorável ao seu pleito. Recurso conhecido e desprovido. Auto de infração mantido na íntegra.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa ; 2. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 3. João Tito S Cadmartori Neto; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de junho de 2.018

Reginaldo Conceição Amorim
Conselheiro Relator

Luiz Mário Massad Gomes da Silva

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de junho do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0092/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **LABORATÓRIO SÃO TOMÉ LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.008.823/2018-1-1 de 29/01/2018

Auto de Infração – Multa nº 172 – SMS – Valor: R\$ 24.704,68

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. VIGILÂNCIA SANITÁRIA. AUSÊNCIA DE PROJETO ARQUITETÔNICO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES SANITÁRIAS. PROVIDÊNCIAS NÃO DILIGENCIADAS. DECISÃO DE 1º GRAU QUE MANTEVE A APLICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO. NÃO FORAM JUNTADOS AOS AUTOS NOVOS ELEMENTOS CAPAZES DE AFASTAR O QUE FORA ATÉ ENTÃO ANALISADO PELA INSTÂNCIA ANTERIOR. RAZÕES E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS NÃO POSSUEM O CONDÃO DE DESCARACTERIZAR AS INFRAÇÕES CONTIDAS NOS AUTOS. RISCO SANITÁRIO EMINENTE À SAÚDE COLETIVA. PENALIDADE DE MULTA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Vigilância Sanitária e seus Agentes Públicos primam pela garantia e segurança da saúde pública à população. Auto de Infração lavrado consubstanciado na ocorrência de várias infrações praticadas e descritas às fls 02/05 dos autos. Restou claro e evidente que foi dado prazo suficiente para a recorrente se adequar a legislação pertinente, o que não ocorreu. Recorrente não trouxe aos autos qualquer prova ou mesmo argumento capaz de levar a entendimento favorável ao seu pleito. Recurso conhecido e desprovido. Auto de infração mantido na íntegra.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa ; 2. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 3. João Tito S Cadmartori Neto; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de junho de 2.018

Reginaldo Conceição Amorim

Conselheiro Relator

Luiz Mário Massad Gomes da Silva

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 19 de junho do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0094/2018

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **BANCO ITAÚ S/A**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Ex Offício Processo nº: 0.082.180/2017-1 de 25/07/2017

Auto de Infração e Apreensão nº 647/2017 - Valor: R\$ 149.413,54

EMENTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO. ISSQN. PAGAMENTO EFETUADO EM TEMPO E MODO DEVIDO PELO SUJEITO PASSIVO. LANÇAMENTO EM DUPLICIDADE REALIZADO PELO FISCO. CONSELHO DE RECURSO FISCAL. RECURSO EX OFFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. O próprio Auditor Fiscal, em consulta ao Sistema ISSNET e do GAT, verificou –se que houve lançamento do crédito em duplicidade do período de abril a novembro de 2012. Tendo constatado equivocado o lançamento do crédito tributário de período constante do auto de infração, imperioso o reconhecimento da quitação e anulação do auto de infração. Recurso de ofício a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Ex Offício nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira ;2. Dauto Barbosa Castro Passare ; 3. Nicolau Jorge Budib; 4. Roberto Carloni de Assis e 5. Marli de Paula Vilella.

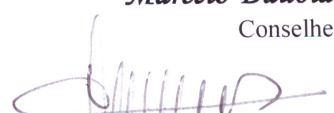
O Conselheiro Vitor de Oliveira Tavares se absteve de votar em virtude de não ter presenciado a leitura do relatório e voto.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr^a. Thamiris de Oliveira Moraes .

Cuiabá, 19 de junho de 2.018


Marli de Paula Vilella
Presidente


Marcelo Daubian Paes de Barros
Conselheiro Relator


Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SESSÃO PLENÁRIA

Sessão do dia 28 de junho do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0095/2018

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **SOLARIS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Pedido de Reconsideração do Acórdão 0141/2017 Proc. nº: 0.104.799/2017-1 de 22/09/2017

Auto de Infração e Apreensão nº 27862 - ISSQN – SMF - Valor: R\$ 550.688,87

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO TRIBUTÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE NOTA FISCAL. NÃO RECOLHIMENTO DO ISSQN. FRAUDE FISCAL. COMPROVAÇÃO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA JÁ APRECIADA EM JULGAMENTO ANTERIOR. RECURSO NÃO CONHECIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião Plenária**, sob a Presidência do Senhor Benedito Oscar Fernandes de Campos, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **não conhecer e improver** o Pedido de Reconsideração nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão da 1ª Turma Julgadora – Acórdão nº 0141/2017. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pérciles Baicere Schmidt; 2. Elias Correia Pedrozo; 3. Nicolau Jorge Budib; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5. Benedita Madaleno da Costa; 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 7. Jose Antônio Delgado da Silva e 8. Vitor de Oliveira Tavares.

A conselheira Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira apresentou voto divergente e os conselheiros Dauto Barbosa Castro Passare e João Tito S Cademartori Neto acompanharam o voto divergente.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª Thamiris de Oliveira Moraes que fez a leitura do parecer jurídico do Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 28 de junho de 2.018

Jaime Marcelino Ferreira Júnior
Conselheiro Relator

Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente do
Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município de Cuiabá